

REQUERIMENTO Nº , de 2014
(Do Sr. Júlio Delgado)

Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater os repasses financeiros do Governo Federal as concessionárias de energia elétrica, com possível impacto aos consumidores brasileiros.

Senhor Presidente,

Requeremos a realização de uma Audiência Pública para debater os repasses financeiros do Governo Federal as concessionárias de energia elétrica, com possível impacto aos consumidores brasileiros, com o objetivo de buscar um posicionamento mais claro do Ministério de Minas e Energia, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC.

JUSTIFICAÇÃO

Não é novidade para ninguém neste país que a energia elétrica está por “um fio”. A forte seca que vem castigando o país, impediu a recuperação dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, e para suprir a deficiência dessa geração,

todas as usinas termelétricas, que são as mais caras e poluentes – usam carvão, gás e óleo combustível, estão em atividade desde o final de 2012, e, além disso, as concessionárias estão comprando energia no mercado livre, a um custo muito alto, resultado, gerou uma grande conta para ser paga.

O Governo Federal vem repassando ajuda financeira as concessionárias, em 2013 essa conta ficou perto de R\$ 10 bilhões. Na semana passada novamente o repasse foi R\$ 1,2 bilhões. Esta “ajuda” deveria começar a recair sobre as tarifas neste ano, mas agora irá ocorrer entre 2015 e 2018. Segundo matéria o jornal Valor Econômico, o aumento aos consumidores teria que ser de 15% neste ano para suprir a dívida das concessionárias.

Será que mais uma vez nós consumidores vamos pagar a conta? Segundo o Maurício Tolmasquim, presidente da EPE – Empresa de Pesquisa Energética, o governo está atento à questão financeira que vem sobrecarregando as empresa de distribuição de energia e não deixará que haja qualquer risco para essas empresas.

Senhor Presidente, as empresas não podem correr risco, realmente tem que ter o equilíbrio, mas os consumidores podem pagar a conta. Não é justo, de novo o consumidor brasileiro ser penalizado.

Assim, se faz válido o pedido de Audiência Pública, portanto peço a ajuda dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2014.

Deputado JÚLIO DELGADO
PSB/MG